SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/10/2015 - Instituto Telecom

Governo quer mais diálogo entre teles e OTTs

A possível regulação dos serviços over-the-top (OTT), como o WhatsApp e Netflix, foi uma das preocupações apresentadas pelas operadoras e pelo governo no segundo dia da Futurecom 2015, em São Paulo. Acima de tudo, há uma animosidade das teles, que continuam a reclamar de perda de receitas e de falta de regras para a concorrência OTT. Mas o governo aponta para um caminho do diálogo, e isso não necessariamente significa engessar os desenvolvedores de conteúdo.

O presidente da Claro, Carlos Zenteno, acha que é necessário haver alguma atitude para "harmonizar operadoras e desenvolvedores de conteúdos", o que não estaria ocorrendo. "Se não fizermos um trabalho coordenado, poderemos ter uma situação de desaceleração maior e impacto muito grande na rentabilidade das empresas e que impacta diretamente no mercado – ninguém quer empresas falidas e com problemas", declara. Zenteno reverbera o discurso das teles de "mesmos serviços, mesma regra", mas garante que não tem intuito de "atrapalhar a vida de ninguém, mas simplesmente (colocar) algumas regras básicas de operação" para permitir a convivência.

O presidente da Anatel, João Rezende, discorda do executivo da Claro. "Considero o debate perigoso, fiquei preocupado com a fala de Zenteno porque o risco de levar a regulação hoje, que está mais pesada na telefonia do que nas OTTs, pode prejudicar e muito esse mundo. Em vez de apontar uma solução de longo prazo, estaríamos engessando inovação", declara. Para ele, é melhor desregulamentar do que impor mais regras para frear as aplicações.

Rezende também enfatiza o que considera um ponto importante: a Anatel não regula preço de dados. "Se há problema entre OTT e empresa, é problema entre eles, porque a Anatel não tabela preços."

Grupo de trabalho

De acordo com Maximiliano Martinhão, secretário-executivo do Ministério das Comunicações, um grupo de trabalho entre governo, empresas e setores da sociedade já está desenvolvendo um estudo para tratar do tema. "Várias questões importantes vão ser esclarecidas neste grupo de trabalho que deve durar 90 dias", afirmou o secretário. "Há uma simbiose entre OTTs e o setor de telecomunicações. Agora, nós precisamos aprofundar a discussão."

Em conversa com jornalistas após sua palestra nesta terça-feira, 23, Martinhão revelou que embora exista uma cobrança por parte das operadoras para uma ação mais energética do governo em direção às OTTs, nenhuma fala abertamente sobre uma regulamentação ou mesmo impostos sobre os aplicativos que oferecem serviços de ligações de voz por dados. Para ele, o momento é de diálogo.

O CEO da TIM ressaltou a necessidade de diálogo entre as teles e as empresas de tecnologia com intuito de ter um "desenvolvimento sustentável" do negócio de telecomunicações. "A gente precisa evoluir e olhar para frente, com olhar muito mais abrangente. Entender como deve ser interpretada a cadeia toda, com incentivos a inovação aos usuários", disse Abreu. Mas ele alfineta: "Hoje não tem nenhuma OTT no painel. Isso sem contar desenvolvedores e criadoras de conteúdo que também fazem parte da cadeia".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil®

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

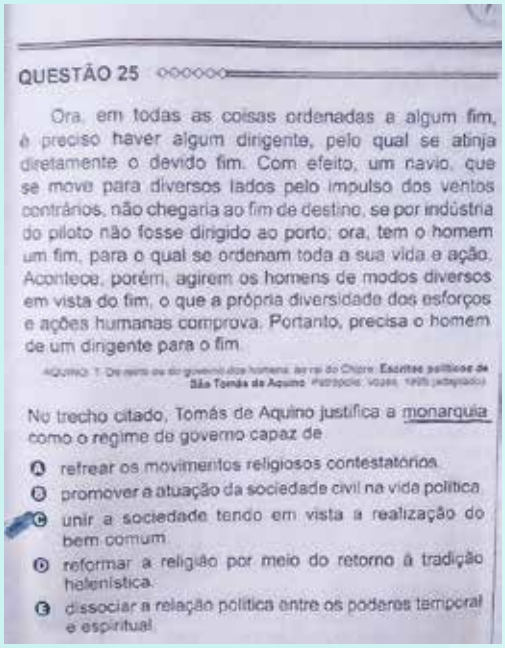
27/10/2015 - CUT

Por que questões de gênero no ENEM criaram tanta irritação?

"As questões de gênero tocam na estrutura da sociedade machista patriarcal"

O Exame Nacional do Ensino Médio fez barulho em todo o Brasil trazendo discussões relevantes para a sociedade. Além de analisar o conhecimento técnico dos estudantes, o ENEM desempenhou o papel de testar o raciocínio crítico que se espera de um jovem que deseja ingressar em uma universidade.

Dentre as dezenas de perguntas de diversas áreas do conhecimento, as mais comentadas englobam as questões de gênero. A redação que fechou o teste nacional, corou a pauta com o tema "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". É fácil entender que o assunto merece ser discutido amplamente, mas o que motiva a seletividade das críticas que se concentraram sobre as mulheres e não sobre questões como esta abaixo de São Tomás de Aquino e seu texto que defende a monarquia? A CUT-RJ foi tirar esta dúvida com mulheres educadoras que compõe nossas fileiras.



QUESTÃO 25

Ora, em todas as coisas ordenadas a algum fim, é preciso haver algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim. Com efeito, um navio, que se move para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim de destino, se por indústria do piloto não fosse dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação. Acontece, porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanas comprova. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim.

AQUINO, T. De reino ou do governo dos homens, ao rei do Chipre. **Escritos políticos de São Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 1995 (adaptado).

No trecho citado, Tomás de Aquino justifica a monarquia como o regime de governo capaz de

A) refrear os movimentos religiosos contestatórios.
B) promover a atuação da sociedade civil na vida política.
C) unir a sociedade tendo em vista a realização do bem comum.
D) reformar a religião por meio do retorno à tradição helenística.
E) dissociar a relação política entre os poderes temporal e espiritual.

Para a secretária de comunicação da CUT-RJ e professora da rede pública, Duda Quiroga, o tema da redação joga luz sobre o momento atual de luta das mulheres, "As respostas do conservadorismo estão latentes este ano, sobretudo com as bancadas conservadoras do congresso nacional que tentam violentar novamente mulheres que já sofreram a violência de um estupro.".

O projeto em questão é o PL 5069 de autoria do deputado federal Eduardo Cunha. A secretária nacional de cultura da CUT e também professora, Annyeli Nascimento, vê o momento político deste debate como um dos mais oportunos possíveis "Especialmente por ser na semana seguinte à aprovação no CCJ do projeto de lei que torna crime (e não mais contravenção penal) o anúncio ou uso de meios, substância, processo ou objetos abortivos.".

A opressão de gênero se apresenta de diversas maneiras, mas tem em comum a diminuição do papel da mulher nas decisões, seja na sociedade ou sobre si, explica Annyeli ao dizer que "Condenar uma mulher que busca a pílula do diaseguinte para evitar uma gravidez indesejada é uma violência contra a autonomia da mulher, sua saúde e seus direitos sexuais e reprodutivos. Esse tema exige uma reflexão sobre todas as formas de violência que as mulheres sofrem, sejam elas psicológicas e/ou físicas, em casa, na rua ou no trabalho, e contribui para a formação cidadã da juventude.".

As circunstâncias que ambientam nacionalmente a polêmica, se inserem na conjuntura latino-americana e global deempoderamento de lideranças femininas. Não diferente, a resistência vem em forma de ataque de gênero. "Hoje temos uma presidenta da república que é alvo de machistas constantemente. Nós mulheres, governamos as economias mais importantes da América Latina e a principal economia europeia. Para uma mulher ocupar o espaço, um homem terá que deixar de ocupá-lo." diz Duda.

Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, as violências tão antigas quanto as sociedades, continuam vivas na cultura brasileira. A presença do tema na redação do ENEM reforça a necessidade de discussão daquilo que por muito tempo foi enxergado como questão privada, segundo a secretária de comunicação. "O Brasil há 8 anos aprovou a lei Maria da Penha que tipifica o crime de violência contra a mulher, isso cria o reconhecimento de que o tema é uma questão pública e não para cada um resolver na privacidade do seu lar. Sendo assim, as questões de gênero tocam na estrutura da sociedade machista patriarcal de forma constante. Ver as mulheres conquistando espaço assusta."

Os argumentos sobre a relevância do tema são extensos e se aprofundam por diferentes vertentes. Enquanto uma questão que expõe a defesa do regime monárquico passa em branco, outra que dá protagonismo as mulheres causa furor. Incomoda e gera resistência aquilo que não está superado. A monarquia foi enterrada por um plebiscito pós-ditadura, a violência contra a mulher e as opressões de gênero continuam em vigor na nossa democracia.

Sobre este diagnóstico e a importância dessa pauta, em especial nos movimentos sociais, Annyeli Nascimento é certeira em observar que "Ao questionar o status quo, estimulamos o pensar, a desconstrução dos preconceitos e ampliamos a visão de mundo das pessoas, e isso não é nada interessante para os conservadores que tem a hegemonia da sociedade brasileira. O amplo debate sobre as questões de gênero é uma das nossas lutas."

28/10/2015 - Telesíntese

Para CEO da Telecom Italia, não faz sentido ter uma concessão de telefonia fixa no modelo atual

O CEO da Telecom Italia, Marco Patuano, reiterou o que a companhia havia divulgado em fato relevante e disse nesta terça, 27, que a oepradora não recebeu ainda nenhum indicativo de oferta da Letter One ou da Oi em relação a uma possível fusão. Mas ele alertou que na hipótese de haver uma proposta, ela terá que ser analisada no contexto da discussão do modelo regulatório brasileiro.

Segundo ele, "qualquer oportunidade que tenha a ver com telefonia fixa implica investimentos muito grandes e isso necessita de um marco regulatório atualizado, como o ministro falou claramente. A possibilidade de atualização é o que pode abrir a oportunidade de convergência".

Perguntado se faz sentido para a TIM participar de uma concessão de telefonia fixa nos modelos atuais, Patuano disse que "existem algumas obrigações até 2025 que, se você precisa fazer bilhões em investimentos, pode ser complicado". Segundo ele, "o marco regulatório vai ser determinante, e ouvi com muito prazer o ministro (André Figueiredo) dizer que isso é uma prioridade". Para Patuano, a segurança viria com uma mudança legal, que passe pelo Congresso Nacional e ele espera que a mudança venha em 2016. "Para que o Brasil tenha uma inclusão digital essa mudança é importante. Ele elogiou a gestão atual da Oi mas ressaltou que todas as companhias estão sendo desafiadas pelas necessidades de investimento, destacando o fato de a TIM ser hoje uma empresa com dívida baixa para poder investir.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/10/2015 - CUT

Sem diálogo com população, Alckmin fechará 94 escolas

Professores relatam insegurança nas regiões; CUT repudia proposta do governo paulista

"O governo de São Paulo é insensível aos protestos de toda comunidade escolar contra o fechamento de escolas. Mesmo com tantos atos de alunos, pais e professores, [Geraldo] Alckmin vira as costas para a população". A avaliação é do presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo, diante do anúncio feito nesta segunda-feira (26) pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE).

Alckmin pretende separar em prédios diferentes o ensino médio, os anos iniciais (1º ao 5º) e os anos finais (6º ao 9º). O governo informou que 94 escolas serão 'disponibilizadas', o que significa que elas serão fechadas e alunos e professores precisarão ser transferidos para outras unidades.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), desde o início do ano foram fechadas 3.390 classes. Em atos públicos nos últimos dias, a presidente da entidade, Maria Izabel de Azevedo Noronha, a Bebel, tem responsabilizado o governo estadual do PSDB por mudanças que irão afetar educadores e estudantes.

Nesta terça-feira (27), a Apeoesp fará mobilização em frente à SEE, na Praça da República, durante reunião do secretário de Educação, Herman Voorwald, com diretorias de ensino e, a partir das 14h, estará na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para audiência pública sobre o Plano Estadual de Educação (PEE).

Na próxima quinta-feira (29), a população paulista irá às ruas para dar o Grito em Defesa da Escola Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, às 17h, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista nº 1.578.

Para o professor de Ciências, Carlos Guimarães, da Escola Estadual Manuela Lacerda Vergueiro, em Heliópolis, zona sul de São Paulo, a medida causa insegurança. "Nenhum debate foi feito sobre essa proposta que foi imposta pelo governo e estamos aflitos sobre o que irá acontecer com os professores das classes e escolas que serão fechadas e com os estudantes que serão remanejados, tanto daqui como das escolas da região", relata.

Questionada sobre a lista das escolas que serão fechadas, a SEE afirma que ela "ainda não foi divulgada porque a proposta é informar primeiramente os diretores das escolas sobre as mudanças."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/10/2015 - Vermelho

78% dos recibos da campanha de Aécio foram alterados, diz PT

O Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação, nesta segunda-feira (26), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Ministério Público Eleitoral (MPE) para que se apure irregularidades nas contas de campanha das eleições presidenciais do senador Aécio Neves (PSDB). Segundo o coordenador jurídico da campanha à reeleição da presidenta Dilma Rousseff, Flávio Caetano, cerca de 78% dos recibos da campanha foram alterados.

Segundo levantamento, existe um depósito em dinheiro de R$ 1,2 milhão feito pelo Comitê Financeiro Nacional do PSDB para a própria conta do comitêSegundo levantamento, existe um depósito em dinheiro de R$ 1,2 milhão feito pelo Comitê Financeiro Nacional do PSDB para a própria conta do comitê "O processo de contas de Aécio Neves é um verdadeiro tumulto processual. Dentre as irregularidades encontradas, 2.397 recibos eleitorais foram alterados, o que representa 78% do total de recibos apresentados pelo candidato do PSDB a presidente", afirma o advogado.

Entre as irregularidades, existe um depósito em dinheiro de R$ 1,2 milhão feito pelo Comitê Financeiro Nacional do PSDB para a própria conta do comitê. Esse valor não está nas planilhas entregues ao TSE. No mesmo dia, 19 de novembro de 2014, e com o mesmo número de lançamento, há um depósito realizado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB), no mesmo valor de R$ 1,2 milhão, via transferência eletrônica. A transação indica a ocorrência de omissão de informação juridicamente relevante, prevista no Código Penal.

Entre os problemas apontados pelo PT, está a contratação, pelo Comitê Financeiro Nacional do PSDB, da empresa Mult Service Cooperativa de Trabalho, ligada ao governo de São Paulo, por mais de R$ 2 milhões. Ela teria disponibilizado militantes para trabalhar na campanha de Aécio. O vice-presidente e diretor da cooperativa é Anderson Oriovaldo Ercolin, contador responsável pelas contas de Aécio Neves.

Há também indícios de que a campanha do senador usou funcionários públicos, lotados em gabinetes como o do senador Aloysio Nunes, para trabalhar na campanha.

"Existem mais de 30 empresas contratadas durante as eleições que abriram e fecharam durante o ano de 2014. Os fatos são de extrema gravidade e podem ensejar a desaprovação de contas pelo TSE, além de rigorosa apuração pelo MPE, de uma possível prática de crime eleitoral e atos de improbidade administrativa", explica Caetano.

No fim de agosto, a ministra do TSE Maria Thereza de Assis Moura, relatora do processo que examina a prestação de contas da campanha do senador Aécio Neves, solicitou informações de 15 irregularidades encontradas pela Corte. As contas do tucano ainda não foram integralmente analisadas pelo TSE.